



ATA 001/2015

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EDITAL DE LICITAÇÃO SOBRE O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Aos dias 25 de março, às 19 horas 33 minutos, na Prefeitura de Rio Grande, localizada no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, a senhora Amanda Pereira chama para compor a mesa as autoridades responsáveis pela elaboração do processo licitatório de transporte, dando início a Audiência Sobre a Licitação do Transporte Público de Passageiros do Município de Rio Grande. Em seguida, agradece a presença de senhoras e senhores vereadores, secretários de município, movimentos organizados, entidades, representantes do legislativo, imprensa, demais autoridades e comunidade. Pereira comunica que essa audiência pública terá duração de até três horas, primeiramente, com a apresentação da minuta do edital. Logo após, inscrição para perguntas, sugestões e dúvidas. Tendo duas modalidades de participação, oral e escrita. Pereira passa a palavra ao excelentíssimo Prefeito Alexandre Lindenmeyer. O prefeito inicialmente cumprimenta a todos os presentes, sauda os participantes da mesa, os senhores Fernando Grassi, Procurador Jurídico do Município, Edson Lopes secretário de Acessibilidade e Mobilidade Urbana, Mauri Cruz Consultor do Instituto IDHES, Jeferson Alonso dos Santos, secretário do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e aos demais presentes. O prefeito faz uma breve explanação sobre a importância do evento para elaboração de propostas ao Novo Processo Licitatório do Transporte do Rio Grande. Uma vez, que após um longo processo de debate de demandas do Tribunal de Contas, Ministério Público e manifestação da Procuradoria Jurídica, compreenderam-se da importância de anular o processo licitatório desenvolvido. Comenta que a atual empresa de Transporte Coletivo opera no município com sistema de permissão. Até ser elaborado o novo processo licitatório, através de levantamento de dados, estudos e sugestões vindas da internet. Ele agradece novamente a todos os presentes e diz estar esperançosa que em curto espaço de tempo, possam surgir novas propostas, a serem acrescidas no processo licitatório do sistema de transporte. Pereira passa a palavra ao procurador do município senhor Fernando Grassi. Grassi começa sua oratória agradecendo a presença de todos e faz um resumo do histórico sobre todas as intervenções jurídicas do Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas,



desde o ano de 2011 até chegar à condição de operação permissionária da Empresa Noiva do Mar no município. Procurador Jurídico termina sua narrativa se colocando a disposição para esclarecimento de qualquer dúvida. O Secretário Lopes toma a palavra agradecendo a presença de todos. Comenta que essa audiência trata-se de uma data importante e considera o último ato antes do lançamento do edital. Lopes agradece aos servidores municipais da Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade, que ajudaram a fazer a composição dessa minuta do edital do Transporte Coletivo, que é um compromisso de campanha do atual Prefeito Lindenmeyer. Ele cita como questão de melhorias de transporte nos últimos dois anos, a retomada de linhas de ônibus, que foram retiradas na implantação do sistema de integração. Cita ainda, as melhorias dos pontos de embarque e desembarque, através de novos abrigos de ônibus. Comentando que, na primeira etapa se se priorizou frente de escolas, conforme determinação do Prefeito. Bem como, alternativas de mobilidade urbana, como construção de corredores de ônibus, o encaminhamento do Projeto Sistema Binário. Lopes esclarece que hoje de uma forma mais detalhada estarão tratando do assunto sobre as empresas que irão efetuar os serviços de transporte Coletivo. Lopes agradece a presença de todos, informando que a noite é da comunidade presente. Indica ainda que as servidoras Janaína e Isabel estarão fazendo todas as anotações dessa audiência pública. E que, será constituída uma ata, que fará parte do edital e é com muita satisfação que estará recebendo as demandas da comunidade. Lembrando também que, está aberta, através do site da prefeitura, toda a minuta do edital e que todos podem visitar o site e ter acesso ao que esta na minuta e também deixar as opiniões e suas propostas. Lopes passa a palavra ao consultor Mauri Cruz explicando que o mesmo, fará uma breve apresentação do conteúdo que já está na minuta do transporte. Informa ainda que, logo após como a servidora Amanda havia mencionado será aberto a plenária, para o público realizar suas manifestações, voltadas aos representantes da mesa. A fim de, solucionar alguns questionamentos, se for possível ainda hoje, ou senão, será construído até o encerramento do edital. Cruz toma a palavra, esclarecendo que, audiência pública que antecede a licitação é um direito de todo cidadão brasileiro e consta na Lei de Licitações. Assim, todo gestor público ao decidir fazer o processo licitatório acima de um milhão e meio a dois milhões é obrigado a fazer uma audiência pública, sobre esse edital para que a



cidadania possa discutir. Possa entender e possa criticar dando propostas às alterações. Relata que esse momento é uma conquista da cidadania e que os representantes da mesa estão cumprindo suas obrigações como representantes públicos. E que sua expectativa é que a comunidade presente exerça bem esse direito que foi difícil conquistar. Menciona que como foi dito pelo Secretário Edinho, fará uma apresentação breve sobre a minuta do edital, pois se trata de um documento técnico bastante extenso. Assim, ele informa que fará um resumo das questões mais importantes que estão no edital. Elucida que o foco do edital não é o serviço, mas a forma como serão escolhidas as empresas irão executar os serviços. Conforme, o critério da Lei Municipal, as empresas ganhadoras irão ficar 10 (dez) anos operando os serviços no município. Ele relata que, no dia 28 de agosto de 2014, foi realizada a primeira audiência pública, apresentando as alternativas, e foi feito um diagnóstico, com avaliação de propostas em forma de projetos. Esses projetos foram para a minuta do edital na qual está sendo apresentado para discussão. A partir desse momento vai ser elaborado o edital definitivo, será realizada a licitação e por último a implantação. Retomando a questão do diagnóstico, ele explica que o mesmo, foi dividido em quatro dimensões. Na dimensão operacional foi identificada a insuficiência da rede de transporte, superlotação de viagens, falta de alternativas de deslocamentos e instauração do sistema viário. Na dimensão econômica comentou sobre o sistema atual como muito rigoroso. Comenta que a concorrência é privada elava os custos. Existindo ainda, a falta de controle dos dados operacionais, fragilidade na coleta de custos, pressão social, uma vez que, as empresas tem que estar a favor da máxima qualidade com recursos que a população tem condição de pagar. Cruz comenta que hoje se tem pouca estrutura de gestão. E o DATC não cumpre nenhum papel na gestão, faltando o controle com sistema de bilhetagem eletrônica. Quanto aos objetivos para licitação, ele explica a necessidade de reorganizar os meios de transportes, ampliar a confiabilidade da comunidade no serviço de transporte coletivo, melhorar a qualidade da frota (ônibus), criar mecanismos de controle de gestão tarifária visando a redução dos custos e a justa remuneração dos trabalhadores e empresas permissionárias. Fortalecendo a gestão pública, estruturando o órgão gestor, recuperar o papel do DATC para obtenção de apoio à gestão pública. Ele explica ainda que, após esse diagnóstico foi elaborado a minuta do edital, que tem como Base Legal a Constituição. Sendo que a mesma estabelece que transporte público é



de competência do município, podendo delegar a terceiros, através da Lei de Licitações. E que o gestor na forma de prefeito é obrigado a seguir as normas. Sendo assim, o prefeito não pode escolher a empresa que quer pagar. Logo, as empresas que vão vencer são aquelas que cumprirem as normas da Lei 8.987, que define regras para as concessões e essas regras são direitos dos concessionários. Cruz comenta que hoje a relação do concessionário com a Prefeitura é uma relação precária. O gestor tem que seguir o contrato, a Lei da mobilidade de 2012 e a Lei municipal 5602. Com base nesta legislação, ele relata que foi estabelecido o princípio do edital que é o objeto. Com isso, ele explica que essa nova licitação constitui dois lotes de serviços, dividindo se as linhas ao meio. A fim de, ficarem dois lotes mais ou menos equilibrados. Um dos objetivos é não ter a sensação de monopólio privado. Porque, pela lei, o meio de transporte é um monopólio público. Assim, dentro desses lotes está contido toda prestação de serviços, as frotas, as garagens, os motoristas e cobradores. Ou seja, todo o processo de operação. Logo, essa concessão cobre toda parte prática da operação. Ou seja, todos os itens necessários. Além disso, Cruz explica que, essa licitação é por concessão e ela é válida por 10 anos, conforme, o prazo estabelecido pela Lei Municipal 5.602. Ele comenta que, o edital é elaborado não só para Rio Grande, mas para o Brasil inteiro. Cruz descreve em seguida, como são constituídos os dois lotes. Assim, ele descreve que o lote 01 compõe a Bacia Operacional Sul. E, que o mesmo, é composto por 15 linhas, 67 veículos, cerca de aproximadamente, 462 mil quilômetros/mês e 841.610 passageiros/mês. Já o lote 02 trata-se da Bacia Operacional Oeste. E ele terá 18 linhas, 72 veículos, aproximadamente, 327 mil quilômetros/mês e 779.680 passageiros/mês. Assim, os lotes ficaram mais ou menos equilibrados. Cruz comenta que o Edital contemplará duas empresas, com mais ou menos o mesmo tamanho. Mas, só poderão participar dessa licitação pessoas jurídicas que satisfaçam às exigências jurídicas, financeiras, fiscais e de capacidade técnica. Porque, essas são exigências da Lei de Licitações. Sendo somente essas exigências que se pode fazer, não podendo exigir coisas que não estejam na Lei. Logo, a inscrição do ato constitutivo tem que vir demonstrando a Diretoria da Empresa, ou seja, quem são seus sócios, a Declaração de Idoneidade e o Termo de Compromisso de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo. E ainda, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Deverá ainda, possuir regularidade do FGTS, INSS e regularidade perante a Justiça de Trabalho. Ele explica que



quanto a Classificação Econômica, a empresa deverá comprovar que não está em concordata e que possui um balanço patrimonial favorável. Isto é, que possui saúde financeira, apresentando Certificado de Capacidade Financeira, com índice superior a zero. Além disso, deverá realizar depósito de 100 mil reais de garantia. Quanto à Classificação Técnica, Cruz explica que a licitante deverá apresentar um atestado de prestação de serviço similar ao de transporte de passageiros, executado em outra época. Ainda, deverá apresentar o Termo de Compromisso de Infraestrutura, ou seja, de que possui garagem e de que possui veículos para assinar o Contrato. Contudo, as empresas deverão apresentar uma proposta para concorrerem à licitação. Sendo assim, a empresa que irá ganhar, deverá ser a que apresentar a menor tarifa em relação à tarifa calculada pelo Edital. E também, a que oferecer um desconto na tarifa. Continuando, Cruz explica que como são duas bacias, irão ocorrer situações em que as tarifas possam ser diferenciadas. Mas, isso não vai alterar a tarifa que o usuário pagará. Logo, a tarifa do usuário vai ser única. Sendo assim, a diferença vai ocorrer na tarifa de remuneração da empresa devido aos descontos ofertados por cada empresa. Logo, a classificação se dará através de pontuações em forma de peso. Ou seja, o peso da tarifa vai ser 70% da pontuação da empresa e o peso de outorga será 30%. Em seguida, Cruz apresenta um exemplo de Quadro de Classificação, que servirá para avaliar a posição de cada empresa. Em ainda, ele apresenta um Equação de Matemática Financeira, a fim de explicar a classificação das empresas de acordo com os números de pontos obtidos. Após, ele explica que, o valor total desse processo licitatório, deverá ser de dez anos, é o valor será de cerca de 500 milhões de reais. Concluindo o processo licitatório, deverá ser implantado o novo sistema, a fim de melhorar o sistema viário, ampliação das linhas, ampliando o controle público, fortalecendo o princípio de transparência. Além de, obtenção de um maior controle no cálculo tarifário, fidelidade dos cálculos operacionais e econômicos, política tarifária mais justa, reestruturação do Órgão de Gestão, recuperação do papel do DATC, fortalecimento do poder de Gestão Pública. Mauri termina sua oratória apresentando o cronograma do processo licitatório. Explicando que, em março ocorrerá a discussão da minuta do Edital, em abril será publicado o Edital. Depois de quarenta e cinco dias serão abertas as propostas. Lopes toma a palavra abrindo as inscrições à comunidade. Ele torna a repetir o modo de participação das manifestações. Explica então, que deverão ocorrer duas mobilidades de participação. Sendo, a primeira de forma oral,



com levantamento do braço e a segunda será inscrição para manifestações por escrito. Lembrando ainda, que as discussões terão três minutos para cada solicitante. Começa as manifestações com o vereador Charles Saraiva, que toma a palavra cumprimentando a todos, informando que ele é Presidente da Comissão de Obras de Infraestrutura e Transporte, Serviços Públicos, Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. Comenta que na outra reunião de transporte público, ele perguntou sobre a questão dos corredores dos transportes coletivos. Mostrou-se ainda, preocupado com a planilha de cálculo tarifária apresentada pelo Mauri. Visto que a tabela apresentada, segundo ele, não foi considerada apropriada no edital vigente, havendo uma contradição. Comentou ainda que, sobre sua preocupação com a questão do ar-condicionado nos ônibus. Porque, aumentaria a tarifa. Além disso, ele mostra-se preocupado com as janelas lacradas. Pois, não teriam como identificar, dentro dos coletivos, as pessoas doentes, das demais. O público presente manifesta-se contrário a opinião do vereador. Em seguida, Saraiva solicita respeito ao direito de palavra, e se diz legitimado para manifestar-se. Em seguida, toma a palavra o senhor Fabiano da Costa relatando que o ônibus seletivo possui as janelas lacradas, por possuírem ar-condicionado, e mesmo assim existe público utilizando. Costa mostra-se preocupado com as exigências sobre a experiência de serviços executados. Que deverão ser apresentada pelas empresas, que almejam participar da licitação. Porque, segundo ele, isso pode prejudicar empresas pequenas e formar os monopólios, em forma de consórcios que dominam o país em várias regiões. Costa comenta ainda que, está preocupado com a questão da Lei de 2012, que determina o prazo de 10 anos para a vigência de empresas de transportes coletivos, uma vez que foi uma Lei votada pela Câmara. Por fim, ele comenta que o transporte coletivo de Rio Grande, deveria ter no mínimo 30% de veículos com motor traseiro. Sendo essas duas últimas colocações a serem pensadas. Lopes agradece a manifestação de Fabiano e solicita que as pessoas que forem se manifestar fiquem em pé e informa ainda que a audiência. O senhor Silvio Reis, se manifesta se apresentando como Delegado da UFP, morador do Parque Marinha. Reis comenta que considera bom ônibus com ar-condicionado e cortina, mas a preocupação dele é com horários, frequências de ônibus, a fim de, evitar a superlotação dos veículos. Pois, segundo ele isso ocorre com frequência na cidade. Comenta ainda que, hoje o usuário é transportado que nem gado. Acrescenta que ao passar na Praça Tamandaré pode-se notar que os ônibus da Noiva do Mar e Cotistas estão sempre



lotados. Embora, o aspecto da fiscalização tenha melhorado. O senhor Reis pergunta ao Secretário Lopes quanto às modificações da Rua Santos Dumont e Primeiro de Maio. Sugere a inversão das mãos de circulação, de modo paliativo, a fim de melhorar o tráfego. Ele considera que serão pequenas ações como essa, que melhorará a situação atual e condicionará os condutores até a implantação definitiva. Quanto ao DATC, ele considera que o mesmo deva ser um órgão gestor de transporte. Pergunta também, se é estabelecido o percentual máximo de lucro das empresas ou o lucro é livre. Pois, não considera que isto tenha ficado claro. Ele finaliza perguntando se está licitação abrange o Bairro Parque Marinha ou não. Toma a palavra o senhor Poipício Sena, relatando sua experiência como passageiro e trabalhador de empresa de transporte. Ele informa que após tomar conhecimento da minuta do edital, passou a questionar a divisão de lotes de linhas. Relata que por volta de 2005 e 2006, quando DATC foi extinto, por algum motivo, foi decidido que em um determinado tempo a empresa Cotista e a Noiva do Mar dividiriam horários e determinadas linhas. E nesse período, ele como funcionário, era exigido pelo patrão, isto é, direção, que quem trabalhasse no Bairro Parque Marinha, os carros eram os mais novos, os mais limpos, os funcionários eram considerados os melhores, que lidavam melhor com os passageiros. Sena questiona se não seriam mais interessantes as duas empresas contratadas circularem pelas mesmas linhas. Assim, aumentaria a concorrência entre as mesmas, obrigando-as a tratar melhor os usuários e respeitar os horários. Finalizando, Sena questiona se a empresa que já vem atuando na cidade, se cumprir as normas do Edital, poderá concorrer ao novo processo licitatório. Toma a palavra o senhor Cristophe Machado, estudante da FURG manifestando sua indignação quanto aos convidados presentes, pois, segundo o mesmo a periferia, que mais sofre com o transporte público, não se encontra presente. Ele afirma que em sua opinião a licitação é uma farsa. Diz que todo o novo processo licitatório não valeu de nada e que a máfia vai continuar se articulando. A patifaria vai continuar a existir. E que mais uma vez, quem paga a conta é o trabalhador e a trabalhadora da cidade de Rio Grande. Christopher afirma que a metodologia aplicada na audiência é muito ruim. Assim, ele considera que o espaço não é legítimo. O senhor Otomar Rosa saúda a todos. Começa sua manifestação reclamando da linha de ônibus Parque São Pedro que ficam parados no ponto esperando horário. Reclama ainda, que no Sábado, no Domingo e feriado tem-se que esperar de uma hora a 30 minutos por um ônibus. Otomar termina sua



manifestação reclamando a hostilidade realizada ao vereador Charles Saraiva. Toma a palavra o senhor Fabio Machado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Rio Grande. Ele afirma que na questão de licitação não ouviu falar na segurança dos trabalhadores. Segurança essa quando o trabalhador rodoviário é assaltado na rua. Afirma que, eles procuraram à casa do vereador, a Prefeitura, a comunidade, para que junto com a Polícia Civil e Polícia Militar, pudessem achar uma resposta sobre isso. Ele continua afirmando que, os trabalhadores estão sendo encaminhados para o Centro Clínico, recebem atendimento pela psicóloga, que lhes dão atestado de dez dias, mas a empresa não aceita o mesmo. Porque, diz que psicólogo não é médico. Machado, explica que esse trabalhador volta a trabalhar e acontece o que aconteceu com esse senhor Otomar, ou seja, os maus tratos aos passageiros. E como aconteceu com o motorista, que após ter sido assaltado três vezes, não foi afastado do trabalho. Com isso, provocou a morte de um rapaz, na Avenida Presidente Vargas. Pelo fato de ter achado que o rapaz puxou uma arma para assaltá-lo. Machado afirma que, simplesmente, ele matou um rapaz inocente. Comenta ainda, que hoje eles têm que lidar com situações ocorridas em clínicas médicas de Rio Grande. Relata ainda, o fato de uma cobradora que foi a uma Clínica Médica Centro Clínico por causa de assalto e a médica disse que os funcionários têm que se acostumar, porque assalto em transporte coletivo é normal. Machado pede desculpa, mas afirma que isto não é normal. Declara ainda, que não ouviu falar das possíveis demissões que possam vir. E se as novas empresas vão enxugar essas demissões. Afirma que não ouviu propostas aos trabalhadores. Relata está ali para defender a Classe. E que têm feito muitas reuniões com a Polícia Civil e Polícia Militar, mas que a RBS não colocou no ar a reclamação feita pelos trabalhadores, sobre a não aceitação dos atestados de Psicólogos. Relata que a Lei 15 de 1996 estabelece que atestado médico de psicólogo é aceito. E na NR10 e na lista do INSS estão relacionadas várias doenças tratadas com psicólogo. Então Machado afirma que os trabalhadores não têm mais como trabalhar no transporte público de Rio Grande, sendo massacrado. Porque, além de lidar com assaltantes, ele está sendo obrigado a trabalhar doente. Ele termina sua oratória agradecendo a oportunidade. Toma a palavra o vereador Canelão, dando cumprimentando a todos. Faz seu cumprimento ao Presidente do sindicato que levantou a preocupação com os funcionários. Comenta que nas palavras do técnico, o Prefeito não vai indicar à empresa, que tem que ser




respeitada a Lei Municipal 866. Mas, que hoje não está sendo respeitada a que nos temos hoje, no momento. Ele questiona quanto à indenização da empresa atual. E afirma que quem vai pagar é a comunidade. Porque segundo ele, a Prefeitura vai ter que indenizar essa empresa. Só de outorga são seis milhões de reais e que os ônibus são todos novos. O Vereador reclama da cara de pessoas do público, dizendo que não está presente para ser simpático com ninguém e que possui o direito de fala. Então ela fala que se tem um processo licitatório que é muito importante. Que o transporte público de hoje é de qualidade. O vereador recebe salvo de vais. O secretário Edson interrompe o manifesto do público, solicitando que respeitem o direito de fala do Vereador. Em seguida, termina sua manifestação afirmando que é dando sua opinião que se participa. Senhor Ticiane Conceição toma a palavra afirmando que representação várias comunidades e que o Prefeito e o secretário não sabem o que acontece nos bairros. Ele afirma que solicitou melhorias na área de segurança e nas escolas e na infraestrutura de ruas, mas não foi atendido. Willian Rocha toma a palavra parabenizando a Prefeitura e o Prefeito. Em seguida, ele sugere que os ônibus novos tenham bicicletários na parte da frente ou atrás do veículo. Ele pergunta se a Prefeitura já tem um estudo para o Edital da linha Parque Marinho. O senhor Pio Magalhães comenta que os ônibus seletivos não possuem acesso aos cadeirantes. E em seguida, ele pergunta se no novo edital os ônibus terão rampas móveis para cadeirantes. Após ele relata a existência de dois tipos de rampas. Uma em que a rampa desse e ergue o cadeirante com a cadeira e a outra que possui uma poltrona que desse junto a rampa e o cadeirante é colocado e pode viajar confortavelmente, em estradas de rodovias. O senhor Pio termina relatando sua preocupação com a segurança de usuários dos ônibus seletivo. Uma vez que o motorista faz duas funções, ou seja, ele dirige e é cobrador. E de acordo com o Código de Trânsito (CTB), O motorista tem que usar as duas mãos sempre sobre o volante, salvo quando ele tem que realizar alguma sinalização com as mãos. Cibele Lima pergunta sobre o valor de depósito de 100 mil reais pelas empresas escolhidas pelo Contrato, se não vai priorizar as grandes empresas. Termina reclamando da falta de mobilidade do Trânsito de Rio Grande. Toma a palavra, a primeira mulher a dirigir os coletivos da Empresa Noiva do Mar, de Rio Grande. E por isso, ela defende as mulheres cobradoras e motoristas que têm passado dificuldades em relação a falta de banheiros para as trabalhadoras. Ela pergunta se no Edital, na parte de infraestrutura, está previsto que as empresas




escolhidas vão ter banheiros para as funcionárias. Ela termina sua manifestação explicando que os ônibus precisam ter acessibilidade, não apenas para cadeirantes, mas para todas as pessoas que possuem necessidades especiais. Vilmar Braz se apresenta como morador do Parque Marinha, e solicita a Linha Parque Marinha-Cassino Direto. Ele finaliza afirmando que na Plenária realizada em agosto, foi falado que as novas empresas ficariam com os atuais funcionários. Schandre Cerqueira apresenta-se como estudante de jornalismo da UFPEL, pergunta se tem como colocar 100% da frota com ônibus com elevadores adaptados. José Lobato começa sua manifestação cumprimentando a todos e parabenizando o Executivo Municipal que vem através de uma gestão transparente e no compromisso público. Vem assim, realizando políticas de mobilidade urbana, que são anseios antigos de estudante e da comunidade em geral. Ele comenta às autoridades pública presentes, que pouco importa o cargo público que ocupo. Porque, na audiência pública as autoridades é a comunidade. Lembra também ao vereador Canelão que o Contrato Licitatório anterior foi anulado pelo judiciário. Não foi o executivo que anulou. Devido a indícios de irregularidades e precariedade de serviços prestados a população. A falência do DATC que retirou o controle público. E que esse novo processo licitatório sim é transparente e construtivo. Mas, embora não estejam presentes vários membros da comunidade, mesmo assim ele considera que o processo é legitimado. Lobato termina sua manifestação lembrando ao Vereador Canelão de que o ar-condicionado da sala dele é pago com o dinheiro da população de Rio Grande. E que por isso, todos tem o direito de ter ônibus coletivos com ar-condicionado. Leonel Simões se apresenta como líder comunitário, ele reclama que na Linha Trevo solicitou ônibus de quinze a quinze minutos e nada foi feito. Reclama ainda, sobre o Itinerário de algumas linhas que foram retirados e a falta de mobilidade de trânsito. Michael Silva apresenta-se como estudante da Anhanguera e comenta que acompanha as dificuldades do ir e vir da cadeirante Manuela. Afirmando que é um direito amparado por Lei. Em seguida, ele reclama da falta de segurança e fiscalização contra assaltos dos usuários. Silva termina comentando que as propostas dadas pelas pessoas presentes devem ser respeitadas. Termina as manifestações do público. Assim, é aberto o período de resposta as perguntas do público, dadas pelos membros que compõem a mesa. O Consultor Mauri começa a responder as perguntas ao público comentando que as instalações de corredores de ônibus são ações do executivo municipal e não obrigação das empresas de



transportes contratadas. Explica que a planilha usada no cálculo tarifário é usada em todo território nacional. E que está previsto que terá 20% de veículos com ar-condicionado. E que não existe exigência Legal para que os ônibus sejam lacrados em virtude do condicionamento do ar. Ele comenta que o Edital exige uma série de requisitos para contratação das novas empresas, para que a população de Rio Grande não sirva de cobaia. Por isso, se estabeleceu uma experiência mínima para a contratação. Explica que os ônibus não terão motor traseiro porque aumentariam os custos das empresas e consequentemente, o valor da tarifa. Explica a questão do lucro das empresas, de 12% ao ano, explicando que as ganhadoras serão as que derem maiores descontos. Quanto à linha do Parque Marinha Mauri explica que não foi definido o novo Edital, e que a partir de abril de 2017 poderá ser definido. Comenta que existiram mesmo apenas duas Bacias de linhas e que o controle dos serviços prestados se dará acompanhando as mesmas. Ele explica que a exigência de 100 mil reais em depósito é uma garantia para o município. E que pode estar previsto na infraestrutura das empresas as garagens e banheiros aos trabalhadores. Afirma que a nova frota de ônibus terá 100% de ônibus adaptados, previsto em Lei. Quanto o tipo de adaptação das rampas móveis para portadores de necessidades especiais, ele desconhece, mas deveram ser aprovadas pelo INMETRO, pois depende de análise técnica. Mauri comenta que foi Secretário de POA e que em durante sua gestão não ocorreu irregularidades na gestão pública. E quem exigiu um novo processo licitatório foi o TCE- Tribunal de Contas do Estado, suspendendo o antigo Edital por não cumprimento Lei. O Secretário Edson Lopes agradece a presença de todos e avisa que a Minuta do Edital estará disponível no site da Prefeitura de Rio Grande. Podendo receber propostas, sugestões e reclamações, até o dia 31 de março, através do site ou em visita a Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. A audiência é encerrada.


Edson Gomes Lopes
Secretário de Município de
Mobilidade Urbana e Acessibilidade


Mauri Cruz
Consultor técnico
Instituto IDHES